

Roriz tenta recursos para saúde

Governador mostra necessidade de Cr\$ 40 bi mensais ao ministro Jamil Haddad, mas resposta só deve sair em 15 dias

Fábio Rivas

O Distrito Federal vai esperar pelo menos mais 15 dias para saber se recebe do Ministério da Saúde um repasse suplementar de cerca de Cr\$ 40 bilhões mensais, para custear os atendimentos nos hospitais da rede pública. A informação foi dada pelo ministro da Saúde, Jamil Haddad, durante reunião em seu gabinete no final da tarde de ontem, com o governador Joaquim Roriz e o secretário da Saúde do DF, Carlos Sant'Anna.

A explicação de Haddad é a de que o ministério está com a maioria de sua verba deste ano bloqueada, devido ao impasse da votação do Orçamento Geral da União (OGU) para 93, no Congresso Nacional. Além do que, no próprio orçamento destinado ao DF, não está determinado o aumento de verbas para este setor — o que torna mais complicada a concessão.

Nesse primeiro encontro, o governador Roriz levou ao conhecimento do ministro alguns números que revelam o sufoco do atendimento nos hospitais da cidade. Segundo dados da Secretaria da Saúde, o Distrito Federal recebeu dos cofres federais em 92, Cr\$ 40 bilhões mensais (valores de hoje), suficientes para atender uma população de 1,6 milhão de habitantes — correspondente à população do DF. Só que foi atendido o equivalente a uma população de 4 milhões de habitantes. Esta diferença está até

agora sendo paga pelo GDF e corresponde a pacientes da região do Entorno e de outros estados do País.

Motivos — Com escassez “forçada” dos recursos, o secretário vai ter que colocar esses números no papel, em forma de exposição de motivos, e remetê-los ao ministro, na próxima semana. Esse documento será levado ao presidente do Inamps, José Carlos Mosconi, que analisará a possibilidade de o órgão liberar, provisoriamente, os Cr\$ 40 bilhões pedidos, enquanto os deputados e senadores não votarem o orçamento.

A complicação do atendimento hospitalar se agravou no momento em que o Hospital Regional de Taguatinga entrou em reformas. Com isso, além do custo empregado nas obras, os demais hospitais ficaram superlotados com os mesmos pacientes de fora. “De cada 10 casos de partos feitos, cinco são de mães que moram no Entorno do Distrito Federal, mas são pagos por nós, avisa o secretário.

Se esse número continuar a subir este ano, a situação poderá se agravar, já que a verba para todos os segmentos no Distrito Federal, inclusive a saúde, foi reduzida em 47%, comprometendo obras iniciadas como o Hospital Regional do Paranoá. Esta situação vem preocupando também várias lideranças na Câmara Legislativa.



Ao lado do secretário da Saúde, o governador justificou ao ministro a necessidade do repasse para manter o atendimento médico